



Ministério da Educação  
ATA DE REUNIÃO

**ATA DO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2024**

**4ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos**

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 9h, na Sala de Atos do Ministério da Educação, na Esplanada dos Ministérios Bloco L, reuniram-se os membros da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (CNEBS), para a quarta reunião ordinária, a fim de tratar assuntos concernentes à Educação Bilíngue de Surdos. A reunião foi presidida por Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Presidente Suplente da CNEBS e Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS/SECADI/MEC), acompanhada pelas Secretárias Executivas, Marisa Dias Lima, Coordenadora-Geral Bilíngue na Educação Básica e Educação Superior (CGBS/DIPEBS/SECADI/MEC), que esteve presente no período da tarde, e Bianca Ribeiro Pontin, Coordenadora-Geral de Atendimento Especializado (CGAES/DIPEBS/SECADI/MEC). A reunião se iniciou com o registro de participação dos membros. Estavam presentes os representantes das seguintes entidades: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI); Associação Crianças e Adolescentes Surdos RS – ACAS; Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS); Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis NORTE; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis NACIONAL; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis CENTRO-OESTE; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis SUL; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis SUDESTE; Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial; Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos; Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia – SBFa; Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Centro de Integração da Arte e Cultura dos Surdos (CIACS); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - ANPOLL; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED -. Estavam ausentes os representantes das seguintes entidades: Secretaria de Educação Básica (SEB); Secretaria de Educação Superior (SESu); Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec); Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (Sase); Associação Brasileira de Linguística - ABRALIN; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - Feneis NORDESTE; Fórum Nacional de Educação (FNE); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; UNE - União Nacional dos Estudantes. Concluída essa etapa, a Presidente Suplente, Patrícia Rezende, apresentou a equipe da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS) e, em seguida, apresentou as portarias e resoluções da comissão. A Portaria nº 993, de 23 de maio de 2023, que institui a CNEBS; e a Portaria, nº 681, de 26 de julho de 2024, que retifica a Portaria nº 1.700, de 21 de agosto de 2023. A Presidente Suplente, Patrícia Rezende, explicou que caso haja alguma retificação a ser feita, esta deve ser encaminhada ao e-mail da CNEBS até o dia 17 de novembro de 2024. Patrícia Rezende acrescentou que o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) solicitou a troca do membro suplente, que seria André Cordeiro. Também explicou a situação da Feneis, cujo membro é representante de uma região, mas se mudou para outra – frisou a necessidade de que a Feneis regularize a situação. Com relação às resoluções, Patrícia informou que foram publicadas a Resolução nº 13, de 25 de outubro de 2024, que institui o Grupo de Trabalho da Comissão – pauta que seria discutida no dia seguinte - e a Resolução nº 14, de 30 de outubro de 2024, que trata do Regimento Interno da CNEBS. Após essas considerações,

iniciou-se o momento de apresentação das novas pautas, que haviam sido encaminhadas previamente por *e-mail*, pelos membros da Comissão. A participante Shirley Vilhalva (Feneis – Centro Oeste) é convidada pela Presidente Suplente, Patrícia Rezende, para apresentar um ponto de inclusão na pauta da reunião, referente à questão dos indígenas surdos. A participante frisou a necessidade de análise do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), o referencial em vigência é de 1998, desse modo, faz-se necessário novos estudos e pesquisas que deem suporte a um novo documento que discuta a temática da educação bilíngue de surdos indígenas, haja vista os avanços tecnológicos e conceituais dentro da modalidade de educação bilíngue. A participante solicitou o apoio da DIPEBS nesse sentido. A solicitação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Ana Regina (CIACS) solicitou também a inclusão de um ponto de pauta. A Presidente Suplente Patrícia informou que não seria possível, pois só seriam colocados em votação os temas que foram enviados previamente ao *e-mail* da CNEBS. A próxima fala foi da participante Carla Brum (ACAS), que solicitou incluir, como novo ponto de pauta, a necessidade de readaptação de currículo nas escolas bilíngues de surdos. Citou como exemplos bem-sucedidos, as metodologias de ensino bilíngue utilizadas nas escolas de Concórdia (Porto Alegre/RS) e no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) campus Palhoça Bilíngue e sugeriu a utilização dessas metodologias como referencial nas discussões de ensino bilíngue. A Presidente Suplente, Patrícia Rezende, informou que o IFSC é parceiro da DIPEBS em várias ações e que esse instituto participará do Grupo de Trabalho da CNEBS. Portanto, a Presidente entendeu que a proposta de Carla estaria contemplada quando a comissão iniciar as discussões sobre o Grupo de Trabalho. A próxima participante a fazer inclusão de tema na pauta foi Mariana Campos (Feneis Sudeste), que sugeriu a discussão do Projeto de Lei (PL) nº 6284 de 2019 do Senador Romário, que trata da disciplina Libras na educação Básica. A participante informou que o projeto sofreu alterações e está prestes a ser aprovado. Mariana ressaltou sua preocupação, pois o PL que está em votação aborda apenas o ensino de Libras como segunda língua para ouvintes, e não trata do ensino de Libras como primeira língua para surdos. A preocupação é que isso traga um impacto negativo na educação bilíngue de surdos. A participante sugeriu a necessidade de ajustes conceituais no documento. A inclusão de pauta levantada por Mariana Campos (Feneis Sudeste) é aprovada por unanimidade. Em seguida, Ana Regina (CIACS) propôs, como novo tema de pauta, a discussão sobre as Diretrizes Nacionais da Educação Bilíngue de Surdos. A Presidente Suplente, Patrícia Rezende, informou que a temática seria discutida no dia seguinte, quando a comissão abordasse os temas do grupo de trabalho. Concluída a etapa de inclusão de pautas, a Presidente Suplente, Patrícia Rezende, apresentou Maria do Socorro Alencar Nunes, Coordenadora-Geral de Alfabetização, da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA/SECADI/MEC). A Coordenadora proferiu uma palestra sobre o Programa Brasil Alfabetizado, com foco na alfabetização de adultos e propôs um esforço das entidades da sociedade civil para viabilizar a inauguração de uma turma de alfabetização de pessoas surdas adultas para o próximo ciclo (fevereiro de 2025). É preciso fazer o mapeamento dos locais onde pode haver turma de surdos adultos para alfabetização. Patrícia Rezende (DIPEBS/SECADI) perguntou se não é preciso formação em pedagogia para atuar no Programa Brasil Alfabetizado e questionou sobre a carga horária do curso. Maria do Socorro (DPAEJA/SECADI) respondeu que as aulas têm duração aproximada de 2 a 3 horas por dia, de acordo com a realidade de cada lugar. Com relação à questão da formação em pedagogia, ela complementou que não há professor licenciado em todo o Brasil, em número suficiente para atender a demanda, por isso é exigida a experiência. A coordenadora ressaltou, ainda, que é garantida a presença de intérpretes de Libras nas turmas de Educação de jovens e Adultos (EJA) desde o ano de 2004; no entanto, nunca houve uma turma apenas de alunos surdos. Após a explanação, iniciou-se a rodada de perguntas. Madalena Klein (ANPED) perguntou se para montar uma turma de alunos surdos basta ir à Secretaria de Educação e fazer a solicitação. A Coordenadora Socorro (DPAEJA) informou que é necessário que o município tenha feito adesão ao Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos. Quando for aberto o edital, comunica-se o interesse em abrir a turma. As dúvidas podem ser esclarecidas pelo *e-mail* pba@mec.gov.br. Madalena Klein (ANPED) também questionou se o professor tem liberdade quanto à metodologia a ser utilizada, uma vez que para o aluno surdo, é uma metodologia própria de ensino de segunda língua. A Coordenadora Socorro (DPAEJA) informou que o professor tem total liberdade para usar a metodologia que quiser e frisou que não há orientação para uso do método fônico, que foi empregado no governo anterior. A coordenadora explicou, ainda, que o termo correto a ser utilizado é pessoa não alfabetizada, ao invés de analfabeto. Em seguida, a participante Shirley Vilhalva (Feneis Centro Oeste) indagou como é possível abordar a questão das múltiplas línguas, como é o caso dos

surdos ciganos ou dos surdos imigrantes. A participante questionou se é possível esse ensino na língua materna dessa pessoa. A Coordenadora Socorro (DPAEJA) afirmou que cada local vai avaliar essa possibilidade. Citou a questão do estudante indígena, que seria mais difícil a alfabetização em sua língua, pois é preciso que o alfabetizador conheça a língua materna de seu aluno. Mas ressaltou que, nos casos de imigrantes, é possível e que eles já estejam incluídos no programa. Em seguida, Ricardo Tonassi (FONCEDE) informou que os dados de analfabetismo de apenados – 2% de analfabetismo – pode estar errado. Oficialmente o dado é correto, mas na prática o número é maior, uma vez que a pessoa que está no presídio se envergonha em admitir que não é alfabetizado. Estima-se, portanto, que o número de não alfabetizados deve ser três vezes maior que o dado oficial. Socorro informou que não é apenas a população carcerária que se envergonha de dizer que é não-alfabetizado, mas todos. Entende que o índice deve ser maior, mas explicou que para políticas públicas é preciso trabalhar com dados oficiais. Em seguida, Marcelo Amorim (FEBRAPILS) falou sobre as escolas bilíngues de surdos, que ofertavam a EJA, mas foram fechadas. Solicitou explicação com relação aos 20% de pessoas com deficiência não-alfabetizadas (conforme dados apresentados na fala da Socorro) – quantas seriam pessoas surdas. Socorro informou que os dados são do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e não do Censo e não há informação quanto ao tipo de deficiência. Informou ainda que a educação de jovens e adultos diminuiu em geral e não apenas em turmas de surdos. A Presidente Suplente, Patrícia Rezende, finalizou a rodada de perguntas falando da importância do engajamento das instituições da sociedade civil e do movimento surdo, para criação de turmas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) para surdos não alfabetizados. Patrícia Rezende ressaltou que podem ser utilizadas as salas das instituições da sociedade civil, basta ter o aval das secretarias de educação. Por fim, a Presidente Suplente, Patrícia Rezende, informou que o ponto focal para essa ação na DIPEBS é a Coordenadora Bianca Pontin, e que as dúvidas ou novidades poderiam ser enviadas a ela. Em seguida, Patrícia Rezende iniciou a apresentação das ações da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos em articulação com os programas, dentre eles: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), Programa Escola em Tempo Integral (PETI), Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE SRM e futuro PDDE Equidade/Diversidade, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Plano Nacional de Educação (PNE), PARFOR (em parceria com a CAPES), Formação Continuada (RENAFOR), Edital UAB nº 25/2023 Capes — que contemplou propostas de cursos de licenciatura, bacharelado e tecnológico para a área de educação Bilíngue —, e ações de articulação interescolar. Finalizada essa etapa, a Coordenadora Bianca Pontin (CGAES/DIPEBS), a pedido da Presidente Suplente, Patrícia Rezende, falou sobre a dificuldade do INEP com relação ao mapeamento dos dados da educação de surdos e destacou a importância da promoção de parcerias entre as universidades para o tratamento dos assuntos conceituais relativos aos dados da educação bilíngue de surdos. Patrícia Rezende explicou que os dados do INEP não trazem detalhamento, por exemplo, não é possível identificar quais deficiências tem um aluno identificado com deficiência múltipla (surdocego, surdo TEA, etc.). Também não é possível saber se a sala de aula tem intérprete, se é uma sala só de surdos ou de surdos e ouvintes. Patrícia Rezende informou que esse detalhamento será feito em parceria com 6 universidades federais, cujos coordenadores também são membros da CNEBS. Os trabalhos já teriam sido iniciados, por meio da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado no mês de novembro de 2024, entre o MEC e as instituições parceiras da pesquisa. Em seguida, é aberta a rodada de perguntas. Shirley Vilhalva (FENEIS Centro Oeste) questionou sobre os materiais do PDDE, se é possível solicitar câmeras. A Coordenadora, Bianca Pontin (CGAES/DIPBES) informou que a diretoria da escola faz o aceite e escolhe os itens da lista, que podem ser câmera, tripé etc. Depois esses itens são validados para que seja feita a compra. A Secretaria de Educação repassa o recurso para as escolas. Mariana Campos (FENEIS Sudeste) perguntou qual o valor repassado às escolas e Bianca respondeu que há cálculo acordado, dependendo da quantidade de alunos. Patrícia finalizou esse bloco informando do compromisso da SECADI com a equidade e que a DIPEBS está sempre em contato com outras instâncias, como CNE, FNDE, além de parlamentares (nesse caso, com a autorização da ASPAR). A participante Shirley Vilhalva ressaltou a importância de parcerias e convênios com as universidades. Falou sobre a importância de legenda nas comunicações da DIPEBS e sobre a necessidade do docente se apropriar das novas tecnologias. Patrícia Rezende informou que foi pensada a criação de uma conta de Instagram para a Diretoria, mas não foi autorizado. As divulgações, portanto, são feitas na conta pessoal de cada gestora. Finalizada essa etapa, Mariana Campos (FENEIS Sudeste) iniciou a discussão sobre o Projeto de Lei (PL) 6.284 de 2019 do Senador Romário. Mariana mostrou à Comissão as duas versões do projeto: a primeira, quando foi criada; e a última, que será votada. O Projeto de Lei que será votado fala apenas de ensino de

Libras como segunda língua para ouvintes e não de Libras como primeira língua para surdos. Guilherme Lourenço (ANPOLL) falou sobre sua preocupação com relação à forma que esse ensino será ofertado. Patrícia Rezende informou que a DIPEBS fez uma nota técnica orientando que o ensino de Libras como L2 seja restrito a familiares de surdos, mas os parlamentares parecem não ter seguido essa orientação. Mariana Campos (FENEIS sudeste) enfatizou que é preciso que o novo PL inclua o ensino de Libras como L1 para crianças surdas e que a Libras como L2 seja ofertada como atividade extracurricular, uma vez que não há profissionais suficientes para ensino de toda a educação básica. Propõe então que o PL deve contemplar apenas o ensino de Libras como L1 para surdos e solicita às instituições que façam pareceres e encaminhem ao congresso. Bianca Pontin frisou que o ensino de Libras como L2 deve ser colocado atividade extracurricular. Guilherme Lourenço (ANPOLL) pontuou sobre a responsabilidade que o PL está dando às escolas de surdos, de ensinar Libras às famílias. Gabriel Couto (CNJS) falou sobre a necessidade de pensar em uma estratégia para ser apresentada aos parlamentares, no sentido de não repudiar o projeto, pelo risco de ter as portas fechadas. Sugeriu, portanto, um ajuste conceitual - colocar a disciplina Libras para surdos no artigo 60-A, por exemplo. Reforçou que é necessário o posicionamento das instituições, que devem encaminhar os pareceres aos parlamentares. Carla Brum (ACAS) ressaltou que é favorável à inclusão da disciplina Libras nas escolas para ouvintes. Reforçou que deve se manter a educação bilíngue, mas também colocar a disciplina Libras para ouvintes nas escolas regulares, assim como realizar cursos para família de surdos. Patrícia Rezende (DIPEBS/SECADI) afirmou que não há número de profissionais habilitados em Letras Libras suficientes para atender à demanda de toda educação básica. Exemplificou com o município do Rio de Janeiro, que tem 1880 escolas municipais. Seriam necessários por volta de 6 mil professores de Libras para atender toda a demanda, mas a UFRJ forma menos de 15 alunos por ano. Não é possível preencher essa lacuna, portanto, é arriscada a proposta. Carla Brum (ACAS) afirmou que não é preciso formação, basta ter fluência para ministrar a disciplina. Madalena Klein (ANPED) frisou que é necessário ser professor e ter a formação adequada. Patrícia Rezende reforçou afirmando que é necessário formação de qualidade, não se deve relativizar. Magno Prado (FENEIS Norte) sugeriu uma reunião extraordinária remota, em 15 dias, para tratar do assunto, haja vista a densidade e importância da discussão. Patrícia Rezende explicou que as instituições representantes da CNEBS podem se reunir posteriormente com a sociedade civil e parlamentares para fortalecer a construção desse diálogo. Explicou que a DIPEBS, como instância do poder executivo, já encaminhou parecer de análise da política, e no momento ela encontra no poder legislativo, não cabendo mais à DIPEBS intervir diretamente, mas, reforça que a sociedade civil pode fazer esse contato com os parlamentares, inclusive encaminhar novo parecer. Sugeriu que Mariana faça a articulação desse debate com os representantes das instituições. Ana Regina (CIACS) reforçou a questão da necessidade de formação específica para o profissional de Libras, fazendo uma comparação com o professor de português, uma vez que não é qualquer ouvinte que está apto a ensinar português, pois é preciso formação específica. A discussão foi finalizada e foi feito intervalo para o almoço, com retorno determinado às 14 horas. No retorno, Patrícia Rezende informou sobre a solenidade que seria realizada no dia seguinte, às 16 horas, no Palácio do Planalto: lançamento *videobook* em Libras e que seria interessante que todos os membros CNEBS se fizessem presentes. Esclareceu que o convite para o referido evento foi solicitado por alguns membros da comissão que estavam presentes, e que, por esse motivo, a programação não estava na pauta da reunião enviada anteriormente. Após o informe, a Presidente Suplente, Patrícia Rezende, apresentou a convidada Indira Simionatto e enfatizou que ela estava responsável pelo GT de Língua Indígena de Sinais (LIS) e informou ainda que Indira solicitou a inserção de seu nome como membro da comissão. A Presidente Suplente, Patrícia Rezende, representando a comissão, informou que o GT LIS indicaria os membros para participação na CNEBS, considerando a relevância da temática indígena de surdos para a CNEBS. Patrícia Rezende deu a palavra para Indira, que proferiu sua palestra sobre as línguas indígenas de sinais (LIS). A participante incentivou a divulgação e valorização dessas línguas, abordando questões relacionadas à formação de professores e aspectos culturais, uma vez que estamos na Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI - 2022 a 2032), conforme declarado pela UNESCO. Após a apresentação, Victor Hugo (CBDS) questionou se há algum levantamento das línguas indígenas de sinais e se existe trabalho de difusão dessas línguas aos indígenas surdos. Patrícia respondeu que, futuramente, esse será um ponto focal da CGBS/DIPEBS. Victor Hugo afirmou que é necessário iniciar debates sobre o tema para que haja o reconhecimento da LIS como língua, assim como da Libras. Em seguida, Patrícia apresentou as convidadas da Diretoria de Políticas de Educação Escolar Indígena, Pierlângela Nascimento da Cunha, Coordenadora-Geral de Políticas

Educacionais Indígena e Fernanda Frade, analista, que fizeram explanação sobre os programas e ações dessa diretoria. Pierlângela apresentou as ações de sua diretoria. Ao final, enfatizou a importância da transversalidade nas políticas da SECADI e solicitou à CNEBS que subsidie as ações da diretoria indígena para implementação de políticas que atenda a todos. A discussão sobre as línguas de sinais indígenas foi pausada para dar início à fala da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão e Presidente Titular da CNEBS, Zara Figueiredo, que explanou sobre a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos. A Presidente titular iniciou sua fala elogiando o trabalho das gestoras da DIPEBS (Diretora e Coordenadoras-Gerais), destacando que o trabalho nessa Diretoria é feito com muito seriedade, parabenizou as gestoras e destacou a importância de ter mulheres nessas posições. Em seguida, a Presidente titular sugeriu pontos a serem pensados na elaboração de uma política para a educação bilíngue de surdos: (i) coordenação federativa, (ii) diretrizes; (iii) currículo e material didático-pedagógico; (iv) produção de conhecimento e monitoramento; (v) formação; e (vi) valorização, reconhecimento e disseminação de práticas exitosas. Ao final de sua apresentação, foi retomada a fala da Pierlângela Nascimento Cunha (DIPEEI), sobre a educação indígena. Shirley Vilhalva (FENEIS Centro Oeste) pediu a fala e questionou sobre o referencial curricular indígena, que é de 1998 e está desatualizado. Ressaltou que, na época de construção do referencial, não havia a tecnologia que temos hoje. Perguntou se há alguma reflexão sobre o uso de materiais tecnológicos nas aldeias. Pierlângela (CGPEI/DIPEEI/SECADI) reforçou a importância das comissões para subsidiar as políticas e informou que há mais de duzentas escolas indígenas que funcionam sem prédio. Ressaltou a necessidade de retomar a educação indígena e que o CNEE - Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena vai retomar os referenciais. Informou, ainda, que está sendo discutida a criação da primeira universidade indígena. Em seguida, a Presidente Suplente, Patrícia Rezende, convidou a Coordenadora-Geral Marisa Lima (CGBS/DIPEBS/MEC) para apresentar as ações que estão sendo desenvolvidas na DIPEBS relacionadas à temática da educação de indígenas surdos. Marisa Lima informou que, em março de 2024, a equipe da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS) iniciou a discussão sobre os povos indígenas, após a visita do GTLIS, que apresentou seus trabalhos à coordenadora-geral Marisa Lima e à Mariana Campos, que era coordenadora na época. A partir disso, foram feitas várias reuniões online e pensadas ações a serem executadas em parceria com a DIPEEI, dentre elas a criação de classe bilíngue de surdos dentro de uma escola indígena. – como exemplo, citou a Escola Indígena Pataxó Coroa Vermelha, que conta com 17 surdos e tem turma multisseriada. Marisa afirmou que é preciso, ainda, pensar em outras ações como: formação de professores, que atuam com indígenas surdos, formação de tradutor e intérprete para esse público, elaboração e distribuição de material pensado especificamente para esse público. Além disso, foi pensado também na elaboração de um documento norteador para assegurar a LIS, além de um currículo pedagógico. Outro ponto importante citado por Marisa Lima foi a necessidade de mapeamento da educação escolar de indígenas surdos. Após a fala da coordenadora Marisa, a participante Shirley Vilhalva (Feneis Centro Oeste) falou sobre a necessidade de políticas para os povos ciganos e informou que existe um diálogo com essas comunidades, apontando a professora Nancir da Bahia como ponto focal. A diretora Patrícia sugeriu que essa pauta seja inserida na próxima reunião. Victor (CBDS) questionou sobre a formação de professores indígenas surdos, como seria o compartilhamento de conhecimento quando eles voltam para a aldeia. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) afirmou que é uma questão complexa, pois muitos indígenas ouvintes não concluem nem o Ensino Médio. Então quanto aos indígenas surdos, a situação é mais complexa ainda. Indira Simionatto informou que em Rondônia há aldeias que fornecem educação básica, mas ainda não existem escolas adequadas que incluam ensino de Libras. São alunos surdos não fluentes, é um processo difícil. Patrícia Rezende falou sobre a questão de bolsas permanência, que o MEC oferece. É ideal pensar sobre a bolsa permanência voltada para o educando surdo indígena. A Coordenadora de Políticas de Educação Escolar Indígena, Fernanda Frade (DIPEEI/SECADI) informou que 67% da população indígena está em escolas urbanas, mas a maioria das escolas encontra-se na área rural, isso dificulta o direito do indígena a ter acesso à educação, considerando sua cultura. Eles precisam ser alfabetizados na língua materna, tendo o português como L2. Ressaltou, ainda, a necessidade de atualização dos referenciais curriculares e da aquisição de materiais específicos. Após essa fala, a integrante Cláudia Sofia (Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial;) perguntou sobre a formação educacional dos surdocegos indígenas (congenitos e adquiridos). Shirley Vilhalva (FENEIS Centro Oeste) respondeu que alguns surdocegos, devido a necessidades específicas, migram para a cidade, outros, mais velhos, permanecem nas aldeias com dificuldades de educação. Não há políticas para esse público, as pesquisas voltadas para

eles estão iniciando agora. Shirley informou que acredita não existir uma turma de educandos com esse perfil, nem de educadores. Desde 2012 até o momento, não há programas de formação de professores voltados para essa necessidade específica. É preciso subsídios para essa formação, são necessárias lideranças nas comunidades, para que eles identifiquem esses perfis de estudantes. Outro ponto importante, é com relação à área da saúde, para que possa ser feito um melhor atendimento a esse público. Cláudia Sofia respondeu que há muitos casos com esses perfis na comunidade indígena principalmente. Ressaltou que existem muitos casos específicos, formas de comunicações diferentes na comunidade indígena, mas não se identifica os surdocegos indígenas nas pesquisas. É preciso mais informação, mais dados. Marisa Lima reforçou que é preciso realizar formação e solicita o apoio da associação da representante Cláudia Sofia para estabelecer essa parceria. A coordenadora Marisa informou que foi ofertada formação de professores para atuar com crianças surdocegas congênicas, no *campus* Barreiras, na Bahia e ressaltou que pretende contemplar as 5 regiões do Brasil. Após essa fala, foi dado um breve intervalo. No retorno, Patrícia Rezende informou que sobre a adequação dos dados da Educação Bilíngue de Surdos, foi encaminhado ofício ao INEP, com questionamentos referentes ao quantitativa do PAEBS (público-alvo da educação bilíngue de surdos), mas não houve devolutiva do órgão. Ressaltou que é preciso esses indicadores para a construção de políticas públicas. Em seguida, Patrícia Rezende abriu um momento de diálogo para fortalecimento da CNEBS, e passou a fala para a Shirley Franx (INEP), que está à frente da coordenação pedagógica do ENCCEJA no INEP. A participante falou sobre a estrutura do INEP e se colocou à disposição para fazer as articulações necessárias, no entanto destacou a importância de ter a representação de uma pessoa do INEP específica da coordenação de coleta de dados, na comissão. Patrícia Rezende agradeceu a participação da Shirley Franx, destacando a importância da participação dela como representante do INEP. A Coordenadora Marisa Lima também agradeceu a participação da Shirley Franx e ressaltou que era a primeira vez que uma pessoa representante do INEP estava fazendo parte da comissão. Em seguida, a diretora propôs que fossem discutidas questões para o fortalecimento da comissão. Magno Prado (Feneis Norte) parabenizou o trabalho das gestoras da DIPEBS e fez alguns apontamentos quanto à transparência da CNEBS, ressaltando que é preciso clareza nas publicações da comissão. Outro ponto abordado pelo representante foi com relação a duas propostas do PNE relativas à Educação Bilíngue: sala de aula e prioridade aos professores surdos. Patrícia Rezende respondeu que, com relação à transparência, já foi solicitado aos técnicos responsáveis, a inserção, no *site*, dos trabalhos da comissão - pautas, reuniões, etc. Marisa Lima retomou o assunto sobre a transparência questionado pelo representante Magno Prado (Feneis Norte), informou que os programas CNCA e PETI são políticas da Secretaria de Educação Básica (SEB), por esse motivo não é a SECADI/DIPEBS que faz a divulgação dessas pautas, haja vista que se trata de programas executados por outra Diretoria/Secretaria dentro do MEC, as ações da DIPEBS com esses programas são por meio de diálogos intersetoriais, pois sua competência prerrogativa é trabalhar com programas de formação e de fomento às escolas (Renafor, PDDE e outras ações correlacionadas) como ponto focal. Marisa Lima ressaltou que a Assessoria Especial de Comunicação Social (ASCOM) é responsável pelas comunicações oficiais do MEC e não é possível a criação de uma rede só da DIPEBS. A Coordenadora Marisa Lima sugeriu às entidades presentes a elaboração de uma carta à ASCOM, com o objetivo de melhorar a acessibilidade em Libras nos portais oficiais do Ministério da Educação, inclusive a criação de aba específica que detalhe as ações da DIPEBS/SECADI no que tange à Educação Bilíngue de Surdos (EBS). Patrícia Rezende ressaltou a presença das tradutoras surdas que fazem análise de materiais e tradução. Marisa Lima lembrou que muita informação também é postada nas redes sociais de cada gestora, em seus perfis particulares. Com relação ao PNE, a coordenadora Marisa informou que a primeira agenda referente ao tema foi em abril de 2023, com a ex-coordenadora Mariana Campos. O objetivo era construir a meta 4 para a educação bilíngue de surdos, muitas vezes a pauta era invisibilizada, mas foi possível abrir um eixo sobre educação bilíngue de surdos e um eixo sobre alfabetização bilíngue de crianças surdas no novo PNE. Maurício (SECADI) analisou o texto e as contribuições foram entregues à SASE. Marisa reforçou que, na reunião do GT PNE na SASE, na qual foi convidada a participar, esclareceu a distinção da Educação Bilíngue de Surdos da educação especial. Pontuou que, infelizmente, nem todas as sugestões foram contempladas, mas várias estratégias foram incluídas, o que é um avanço se comparado ao PNE 2014-2024. Marisa Lima informou, ainda, que atualmente o PNE se encontra na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que solicitou prorrogação. Orientou, portanto, que as entidades façam contato com os relatores para emendas e afins. Magno Prado (FENEIS Norte) respondeu que entende as colocações, mas é necessário maior transparência, pois é preciso dar um retorno às instituições de que

fazem parte. A presidente suplente, Patrícia Rezende, falou sobre o grupo de *WhatsApp*, que pode ser uma criação da sociedade civil, mas enquanto governo, as informações devem ser veiculadas por vias oficiais. A participante Ana Regina (CIACS) ressaltou a importância da temática do representante Magno, sobre as ações de transparência das atividades da DIPEBS, pontuando que as informações precisam estar no *site* do MEC de forma clara. Além disso, a participante lembrou que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) obriga que todos os *sites* contenham tradução. Em seguida, a Presidente Suplente, Patrícia Rezende, passou a palavra para a Coordenadora Bianca Pontin (CGAES/DIPEBS) e para a Coordenadora Marisa Lima (CGBS/DIPEBS), para complementação e informes necessários. Bianca Pontin solicitou que, com relação aos GTs, a comissão considere a orientação da Secretária Zara, sobre os 6 eixos apresentados. Patrícia Rezende (DIPEBS/SECADI) reforçou que o prazo para finalizar a composição dos GTs é de 30 dias. Ainda referente ao tema do Grupo de Trabalho, a Coordenadora Marisa Lima explicou que, inicialmente, havia 4 Grupos de Trabalho (GTs), que foram consolidados em um único GT, composto por 6 eixos. Madalena Klein (ANPED) questionou se os 4 GTs (levantados na reunião anterior) iriam continuar, ou se passariam a valer, em lugar desses, os 6 eixos sugeridos pela Secretária Zara (SECADI/MEC), para a construção da Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos. A participante destacou que, em seu entendimento, os eixos não substituiriam os GTs, mas serviriam como um norte para a construção da política, solicitou então esclarecimentos sobre as temáticas dos grupos de GTs. A Coordenadora, Marisa Lima (CGBS/DIPEBS), explicou que os GTs propostos na última reunião não foram publicados. A ideia foi reduzir os GTs e criar apenas um Grupo de Trabalho voltado para a criação de uma Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos. A Coordenadora, Marisa Lima (CGBS/DIPEBS), destacou que é importante contemplar a perspectiva das 23 instituições da CNEBS, mas ressaltou que uma mudança na portaria dos GTs seria um processo lento, e, conforme dito na fala da Secretária Zara (SECADI/MEC), os eixos propostos (e já publicados para as ações dos GTs) são passíveis de adequação, mediante sugestões acordadas pelo grupo. Ela reforçou que o GT Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos, com os seis eixos, pode se tornar uma ação efetiva. O foco não deve ser a pesquisa acadêmica ou a discussão de conceitos, é preciso pensar em indução, fomento e recursos para fortalecer a política. Falou sobre o eixo de valorização de boas práticas, que pode fortalecer programas, por meio de campeonato de boas práticas, por exemplo. Concluiu afirmando que o objetivo é construir uma política que pense nas temáticas de formação (como o programa Renafor, já em andamento na DIPEBS), currículo, produção de materiais, entre outras questões. Bianca Pontin (DIPEBS/SECADI) acrescentou, com relação à política de educação bilíngue de surdos, que é preciso também pensar em formação voltadas às famílias. Gabriel Couto (CNJS) comunicou que fez alguns encaminhamentos por e-mail e não teve retorno. Ressaltou que Mariana Campos (Feneis Sudeste) também havia feito solicitações, questionando-a se houve retorno da DIPEBS – Mariana respondeu que sim. Ressaltou que é importante tratar das temáticas que ficaram defasadas e sugere mais encontros, inclusive virtuais. Patrícia Rezende finalizou a reunião agradecendo a presença e dando informes sobre o evento do dia seguinte, ressaltando que é importante a presença dos membros da CNEBS no Palácio do Planalto para prestigiar o membro representante da Febrapils, Marcelo Amorim que protagonizou os trabalhos de tradução para G20. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às 18h e 13 minutos e a Ata vai assinada por nós, Marisa Dias Lima e Bianca Ribeiro Pontin, que secretariamos e transcrevemos e pela presidente suplente Patrícia Rezende, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. Brasília/DF, 06 de novembro de 2024.

## **ATA DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2024**

### **4ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos**

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às 9h, na Sala de Atos do Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco L, reuniram-se os membros da CNEBS (Comissão Nacional de Educação Bilíngue de Surdos), para dar continuidade à quarta reunião ordinária, a fim de tratar assuntos concernentes à Educação Bilíngue de Surdos. A reunião foi presidida por Marisa Lima, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos Substituta e acompanhada pela Coordenadora

Bianca Ribeiro Pontin. Marisa informou que a Diretora Patrícia não pode estar presente por problemas particulares e, conforme consta no Regimento da CNEBS, ela é a substituta da DIPEBS na comissão, por ser a Diretora de Educação Bilíngue de Surdos substituta. A diretora substituta apresentou as tradutoras surdas Núbia e Isabela. Em seguida, frisou sobre a importância da presença dos membros no evento “Lançamento do *videobook* em Libras”, no Palácio do Planalto, uma vez que esse evento traria maior visibilidade às entidades da CNEBS. A maioria dos membros ficou de acordo e confirmou presença. Após esse informe, foi aberto espaço para perguntas e dúvidas referentes ao Grupo de Trabalho. Rosely Lucas (Movimento Bilíngue Mineiro em defesa da Escola Bilíngue de Surdos) pediu esclarecimento quanto à mudança dos GTs que foram votados pelos membros na reunião anterior, realizada em abril de 2024, em um único GT de Educação Bilíngue de Surdos. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) lembrou, com a apresentação de slides, os temas dos GTs apresentados na última reunião: alfabetização - aprendizagem; escola em Tempo Integral - estrutura; mecanismos / instrumentos de avaliação linguística – Libras/Português; e política linguística de Educação Bilíngue de Surdos. Após reunião com a Secretária Zara Figueiredo, esses pontos foram sintetizados em um único GT “Políticas de Educação Bilíngue de Surdos”, seguindo proposta da secretária, uma vez que essa política já está sendo cobrada. Assim, para maior objetividade foi pensado em um único GT com 6 eixos, no qual os 4 GTs anteriores estariam agrupados. Bianca Pontin (DIPEBS/SECADI) reforçou que os eixos propostos pela secretária são facultativos, se forem aprovados pela Comissão serão mantidos. Reforçou que os eixos propostos têm relação com a política e que não é indicada a criação de temas isolados ou que não poderão ser viabilizados. Bianca informou ainda que, caso os membros da CNEBS observem que existem questões que não estão sendo contempladas, é possível propor a criação de um novo GT. Victor (CBDS) questionou quanto à temática esportiva, como poderia estar presente no grupo de trabalho. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) respondeu que o esporte pode ser contemplado em todos os eixos, ou seja, poderá ser fomentado em diferentes programas da DIPEBS/ SECADI, que teria como responsabilidade chamar a entidade para debater e esclarecer alguns pontos referentes à adesão de programas, para garantir o fomento, dentre eles a aquisição de materiais, como bolas, entre outros. Portanto cada relator dos eixos tem como papel ditar e incluir o esporte em cada um deles e é necessário que estejam adequados e correlacionados às diretrizes assim como também na governança. Isso se aplica aos eixos de currículo e material didático pois entende-se que é importante ter disciplina de educação física, que pode tratar de assuntos como alimentação adequada, materiais e afins. Além disso é preciso qualificar a formação de professores na área de educação física que se encontra em carência por isso a CBDS vai estar interligada em todos os eixos assim como também criar estratégias de valorização no eixo 6 a fim de encontrar políticas de boas práticas para influenciar a melhoria nas demais escolas. Bianca Pontin (DIPEBS/SECADI) reforçou que a política a ser construída é uma política educacional, não desportiva. É preciso fazer articulação e alinhamento com outros programas, mas a ênfase é educacional. Ana Regina (CIACS) refletiu sobre o que a CNEBS já discutiu em outras reuniões, com relação à educação bilíngue de surdos, e ressaltou que deve ser dado andamento a essas questões, que já foram trabalhadas anteriormente pela comissão. Reforçou que é preciso dar andamento à temática nova, mas também retomar outras pautas que estão atrasadas. Sugeriu que os trabalhos sejam registrados no *drive* para evitar que seja perdido. Em seguida, falou sobre os seis eixos do GT, especificamente sobre as diretrizes – é preciso cobrar o Conselho Nacional de Educação. Guilherme Lourenço (ANPOLL) questionou por que não dar continuidade aos GTs que foram definidos na última reunião se já houve a publicação. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) esclareceu que a resolução publicada é referente a um único GT, denominado ‘Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos’, por meio da Resolução 13/2024. Em seguida, apresentou três propostas para votação: (i) Manter o GT da Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (PNEBS) com 6 eixos, conforme proposto pela Secretária Zara; (ii) Manter o GT PNEBS, com mudança nos eixos; (iii) retomar os 4 GTs anteriores e acrescentar o GT PNEBS. A votação foi realizada, tendo o seguinte resultado: 19 votos para a proposta 1 e 2 votos para a proposta 2. Não houve votos computados para a proposta 3, e não houve abstenções. Em seguida, a diretora substituta Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) iniciou sua explanação sobre os eixos, reforçando que a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos não pode ser desenvolvida e estruturada sem o viés da Política Linguística. Marisa Lima discursou sobre os seis eixos: Coordenação Federativa e Governança Executiva; Diretrizes, Currículo e Material Pedagógico; Produção de Conhecimento e Monitoramento; Formação; e Valorização, Reconhecimento e Disseminação de Práticas exitosas. Com relação ao eixo 1, Coordenação Federativa e Governança Executiva, questionou como poderia ser feita a articulação com os entes federados e apontou a responsabilidade de entidades como



CONSED, UNDIME e secretarias do MEC para garantir a efetividade da política, frisando a necessidade de criação de uma rede. Com relação às Diretrizes (eixo 2), ressaltou que é preciso pensar em ampliação e fortalecimento, estrutura física e pedagógica, ensino e aprendizagem do PAEBS e garantia de acesso, permanência e conclusão. No eixo 3 Currículo e Material Pedagógico, Marisa Lima trouxe questões referentes ao ensino de Libras e português escrito, alfabetização, produção de materiais e educação linguística na educação infantil. O eixo 4 teve como foco a criação de parcerias entre as IFES e as secretarias de educação, pesquisa e incentivo na produção na área de EBS, mapeamento de dados, criação de observatório e monitoramento. No eixo 5, falou sobre formação inicial e continuada, formação de gestores e transversalidade nessa formação. Por fim, o eixo 6, referente a boas práticas, Marisa Lima ressaltou que campanhas de incentivo e premiações podem ser um caminho para incentivar o protagonismo surdo. Marisa ressaltou que são necessários especialistas para trabalhar nos eixos. Com relação às políticas linguísticas, Marisa reforçou que elas devem estar inseridas nos eixos. Citou como exemplo, o eixo de 'boas práticas' – a presença de intérpretes em sala de aula não é suficiente, não caracteriza uma boa prática. Com relação ao material didático, por exemplo, a comissão pode propor documentos e compartilhá-los em um *drive*. Bianca Pontin (DIPEBS/SECADI) informou que podem ser observadas políticas de outras áreas (indígenas, quilombolas) para verificar se podemos adaptá-las para nossa temática. Em seguida, Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) apresentou o esboço do que poderá ser a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos. Iniciando pelo eixo 1 – Coordenação Federativa, ressaltou que é necessária a criação de uma rede. O programa RENAFOR pode ser um bom exemplo. O programa não tem atingido todos os professores da educação de surdos. Há 19 cursos em andamento, que muitos professores não conheciam. Ana Regina (CIACS) perguntou sobre como implementar as articulações com as secretarias de educação, associações, conselhos. Sugeriu que os representantes dessas instituições na CNEBS sejam responsáveis por essas articulações. Marisa Lima respondeu que essa questão será discutida na próxima pauta, em que será feita a indicação dos membros para compor o GT. Abordou a questão do financiamento, esclarecendo que o recurso da SECADI só pode ser descentralizado para as universidades. Para os municípios os recursos são provenientes do FUNDEB e do FNDE. Portanto, a política precisa dialogar com o orçamento do município. Rosely (Movimento Bilíngue Mineiro) afirmou que a Secretaria de Educação de Belo Horizonte tem a verba, mas ainda falta a política de educação bilíngue de surdos, portanto é preciso trabalhar as diretrizes rapidamente. Marisa Lima retomou a questão da articulação com os entes. Entrar em contato com universidades para formação de gestores, por exemplo. Necessário também dar orientações, por exemplo, estabelecer um diálogo com o Ministério da Saúde para garantir o atendimento correto ao bebê surdo. Com relação aos municípios, Marisa Lima sugeriu como estratégia o compartilhamento de dados e apontou a importância dos conselhos nessas articulações. Além disso, reforçou que é preciso pensar em estratégias de como impactar o sistema. Por fim, concluiu que esse é um trabalho colaborativo, uma vez que a política não se faz de forma isolada. Bianca Pontin (DIPEBS/SECADI) trouxe a questão das bolsas universitárias, que podem ser oferecidas por meio das secretarias, em meio à articulação com o comitê. Victor (CBDS) solicitou que seja feito um tutorial em língua de sinais, com maiores explicações sobre os 6 eixos. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) sugeriu que essa orientação pode ser feita na forma de um *webinário*. Ana Regina (CIACS) retomou a questão do levantamento de dados pelas universidades e lembrou que há mestres e doutores presentes na comissão. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) afirmou que é preciso alinhar a pesquisa de acordo com os objetivos da política. A produção científica dos membros pode não ter relação direta com a ação que está sendo formulada. É preciso ver a disponibilização dos recursos, pensar no mapeamento da formação para ter dados de qualidade e não pensar em produção científica isolada. Ana Regina (CIACS) retomou a questão das diretrizes e Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) respondeu que a linguagem do documento não está compatível com a realidade. Se o documento for entregue da forma como está, não será adequado. A proposta é fazer um parecer e encaminhá-lo ao CNE. Em seguida, Marisa Lima falou sobre os Centros de Apoio ao Surdo (CAS). Esse ponto será retomado junto com a Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (DIPEPI), uma vez que há pouca informação sobre o CAS. É preciso pensar como é o trabalho do CAS com os surdos, pensar na formação para atuar com surdocegos. Shirley Vilhalva (Feneis Norte) e Gabriel (CNJS) questionaram sobre os papéis do CAS, INES e DIPEBS nas formações. Marisa Lima respondeu que, neste ano, a DIPEBS começou a discutir sobre o CAS e foram realizadas buscas de documentos relacionados a esses Centros Foram encontrados diferentes documentos inclusive duas Notas Técnicas, que destinam o trabalho do CAS para a educação inclusiva e outra que afirma que o trabalho do CAS deve ser desenvolvido junto com a educação bilíngue de surdos –

proposta que foi apresentada para apreciação da gestão anterior. Posterior ao acesso a esses documentos, foi marcada uma reunião para pensar nas competências: DIPEBS pode incidir na formação, mas não assumir o CAS. Quanto ao INES, esse instituto não tem poder de articulação federativa. Após essa explicação, Marisa Lima retomou a questão da estruturação das escolas, reforçando a necessidade de se pensar em todos os públicos PAEBS (indígenas, refugiados etc.) e em todas as etapas de ensino. É necessário pensar em ampliação para atender alunos que moram longe e acolher novas matrículas. Também é preciso cuidado com a estruturação da escola, que deve garantir o atendimento integral. Questões como permanência e qualidade, currículo e materiais pedagógicos e direito linguístico também foram abordadas. Ana Regina (CIACS) falou da importância da qualificação de profissionais intérpretes. Shirley Vilhalva (FENEIS Centro Oeste) falou da questão dos surdos indígenas que tem a LIS como 1ª língua e a Braslind como a 2ª língua. No Letras Libras, já está sendo tratada a questão da LIS, mas a Braslind, onde será inserida? Rosely Lucas (Movimento Bilíngue Mineiro) falou sobre a Prova Brasil, que não tem acessibilidade linguística e perguntou como inserir essa questão na política. Marisa Lima respondeu que nos instrumentos indicadores será monitorado. Marcelo Amorim (Febrapils) ressaltou que é preciso estudar estratégias para melhorar e qualificar os profissionais TILS nas escolas. Marisa Lima respondeu que isso é um ponto estrutural, que precisa ser abordado. Apenas a presença do intérprete não qualifica a educação bilíngue. Também é preciso pensar em formação de guias-intérpretes. Silvia Lourenço (acompanhante de Cláudia Sofia) frisou que na educação de surdocegos não tem só libras tátil, tem a fala ampliada, escrita na palma da mão e várias estratégias que precisam ser incluídas. Weberson de Oliveira (representando o membro do CONSED) reforçou a importância da política de educação de surdos e a parceria com os municípios. Informou que muitas escolas não têm formação em Libras, não tem orientação nenhuma, então é importante o diálogo. Marisa Lima (DIPEBS/SECADI) reforçou a importância da participação dos conselhos nas formações, pois muitos gestores não têm conhecimento de programas e ações da DIPEBS para o fortalecimento da Educação Bilíngue de Surdos, como o PDDE, por exemplo. Ana Regina (CIACS) frisa a importância da experiência e formação pedagógica dos gestores municipais. Marisa Lima falou sobre o eixo de boas práticas, ressaltando que a premiação pode ser um caminho. Disseminar e valorizar programas que estão dando certo, além de focar no protagonismo surdo nos diversos espaços (artes, poesia, literatura, esportes, slam). Finalizada essa etapa, Marisa abordou a Resolução 13 de 25 de outubro de 2024, que institui o Grupo de Trabalho da CNEBS. Além dos membros da CNEBS, a resolução abre espaço para outras instituições que tem estreitamento com o movimento surdo. Marisa informou que a reunião seria interrompida para almoço e solicitou que os representantes se articulem para verificar quem tem interesse em assumir a titularidade ou a suplência de cada eixo. A reunião foi interrompida para almoço e as atividades foram retomadas às 13:30. Marisa Lima inicia a organização dos eixos que compõem o GT. Os representantes inscreveram-se nos eixos de interesse, que se consolidou da seguinte forma: Eixo 1 Coordenação Federativa – Titular: Weberson de Oliveira Moraes (CONSED), Suplente: Alelis Izabel de Oliveira Gomes (UNCME), Participantes: Antônio Campos (FENEIS Nacional), Gabriel Couto (CNJS), Cláudia Sofia Indalécio Pereira (Grupo Brasil de Apoio ao Cego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial), Marcelo Lúcio Correia de Amorim (Febrapils), Victor Hugo Spulveda da Costa (CBDS), Indira Simionatto (GTLIS) ; Eixo 2 Diretrizes -Titular: Mariana de Lima Isaac Leandro Campos (FENEIS-SUDESTE), Suplente: Luciane Cruz Silveira (INES), Participantes: Cláudia Sofia Indalécio Pereira (Grupo Brasil de Apoio ao Cego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial), Marcelo Lúcio Correia de Amorim (Febrapils), Victor Hugo Spulveda da Costa (CBDS), Indira Simionatto (GTLIS) ; Eixo 3 Currículo e Material Didático-Pedagógico - Titular: Rosely Lucas de Oliveira (Movimento Bilíngue Mineiro em Defesa da Escola Bilíngue de Surdos), Suplente: Sueli de Fátima Fernandes (ABRALIN), Participantes: Cláudia Sofia Indalécio Pereira (Grupo Brasil de Apoio ao Cego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial), Marcelo Lúcio Correia de Amorim (Febrapils), Victor Hugo Spulveda da Costa (CBDS), Indira Simionatto (GTLIS); Eixo 4 Produção de Conhecimento e Monitoramento - Titular: Daltro Roque Carvalho da Silva Júnior (FENEIS-SUL), Suplente: Madalena Klein (ANPED), Participantes: Cláudia Sofia Indalécio Pereira (Grupo Brasil de Apoio ao Cego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial), Marcelo Lúcio Correia de Amorim (Febrapils), Victor Hugo Spulveda da Costa (CBDS), Indira Simionatto (GTLIS); Eixo 5 Formação - Titular: Ana Regina e Souza Campello (CIACS), Suplente: Guilherme Lourenço de Souza (ANPOLL), Participantes: Cláudia Sofia Indalécio Pereira (Grupo Brasil de Apoio ao Cego e ao Múltiplo Deficiente Sensorial), Marcelo Lúcio Correia de Amorim (Febrapils), Victor Hugo Spulveda da Costa (CBDS), Indira Simionatto (GTLIS) ; Eixo 6 Valorização, Reconhecimento e Disseminação de Práticas Exitosas - Titular: Alex Sandro Lins Ramos (FEBRAPILS), Suplente: Ricardo Boaretto de Siqueira (CIACS), Participantes: Cláudia Sofia Indalécio Pereira (Grupo Brasil de Apoio ao Cego

e ao Múltiplo Deficiente Sensorial), Marcelo Lúcio Correia de Amorim (Febrapils), Victor Hugo Spulveda da Costa (CBDS), Indira Simionatto (GTLIS). Foi realizada a votação, tendo 16 votos a favor, 0 voto contrário e 0 abstenções. A reunião foi finalizada para o *coffee break* e em seguida os participantes se direcionarem ao evento do Palácio do Planalto. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às 15h e a Ata vai assinada por nós, Marisa Dias Lima e Bianca Ribeiro Pontin que secretariamos e transcrevemos e pela presidente suplente Patrícia Rezende, Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. Brasília/DF, 07 de novembro de 2024.

Marisa Dias Lima

Secretária-Executiva da Comissão

Bianca Ribeiro Pontin

Secretária-Executiva da Comissão

Patrícia Luiza Ferreira Rezende

Presidente da Comissão - suplente



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Dias Lima, Coordenador(a)-Geral**, em 13/12/2024, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Ribeiro Pontin, Coordenador(a)-Geral**, em 13/12/2024, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Diretor(a)**, em 16/12/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5458739** e o código CRC **45D03EC4**.